

Quaderni portoghesi

11 · 12

ESTRATTO



Primavera · Autunno 1982

Giardini editori
e stampatori
in Pisa

*Problemas textuais do Romanceiro Português:
algumas notas*

Pere Ferré

Uma grande parte das versões portuguesas dos romances recolhidos na tradição oral moderna foi impressa durante o século XIX e princípios deste século. Só os mais recentes trabalhos de campo começam a oferecer um *corpus* temático que, a curto prazo, superará os materiais publicados durante aquele período. No entanto, todo e qualquer estudo sobre o romanceiro deverá incluir as versões de Garrett, Estácio da Veiga, Rodrigues de Azevedo, Tomás Pires, Reis Dâmaso, Teixeira Soares, Ataíde Oliveira, etc., não só porque nos oferecem a possibilidade de confrontar expressões oriundas das várias regiões portuguesas como, nalguns casos, de conhecer temas só por eles encontrados. Infelizmente, o acesso à ampla bibliografia activa do romanceiro português reveste-se de sérias dificuldades, conformando-se amiúde, tanto o investigador estrangeiro como o nacional, com meras reedições. Em publicação recente de António José

Saraiva¹ poderemos observar um exemplo do que acabei de dizer. Para além da insuficiente designação do romance algarvio cujo *incipit* diz: «Enfermo el-rei de Castela / em cama de prata estava», ao informar-nos tratar-se apenas da «Morte e Testamento de D. Fernando», quando na realidade os primeiros versos se referem à «Morte do Príncipe D. João de Castela», incluindo também versos de um romance até então único na tradição oral moderna e hoje com uma solitária nova versão encontrada na Ilha da Madeira – o «Afuera, afuera Rodrigo» – independentemente, dizia, da incompleta classificação, António José Saraiva não só o cita pelo *Romanceiro Geral Português*, isto é, pela sua quarta impressão², como escreve: «Teófilo Braga, que recolheu o *rimance* em Tavira, enganado por esta troca de nomes, julgou que se tratava de um *rimance* de D. Rodrigo»³. Só um conhecimento imperfeito do romanceiro português justifica tão inadvertida afirmação, visto que, como se sabe, foi Estácio da Veiga o seu colector, tendo aparecido este tema no *Romanceiro do Algarve* e sendo, ao mesmo tempo da responsabilidade deste último, como é óbvio, a designação do romance⁴.

Por outro lado, o desconhecimento dos problemas textuais das edições do romanceiro português fez com que, durante os últimos anos e salvo casos excepcionais, se optasse por lições que, infelizmente, muito distam daquelas que apresentaram os seus primitivos colectores. Há ainda a considerar a ausência de estudos referentes à problemática das edições de romances, ausência essa que nos coloca em apuros sempre que pretendemos apresentar novas versões.

Parecerá injusto que centre as minhas palavras no passado, em vez de procurar reflectir os problemas actuais que pairam sobre este género e, particularmente, no que respeita às suas edições.

Julgo importante lembrar que, durante o século XIX, foram as periferias peninsulares, Portugal inclusive, que

Portugiesische
Volkslieder und Romanzen.

Portugiesisch und deutsch

mit Anmerkungen herausgegeben

von .

Dr. Christ. Fr. Bellermann.

Nachgelassenes Manuscript des Herausgebers.

Leipzig,

Verlag von Wilhelm Engelmann.

1864.

ofereceram o maior número de romances conhecidos, só se invertendo esta tendência a partir do esforço com que se empenhou a família Menéndez Pidal na descoberta e revelação do romanceiro castelhano, abrangendo também importantes áreas leonesas. Pretendo apenas recordar que os temas impressos em Portugal entre 1828 e 1909, – período determinante para o romanceiro português – se revestem de assinalável representatividade para o conhecimento nacional e internacional da expressão poética que nos ocupa. Por tudo o que disse creio não ser abusivo investigar, na medida do possível, alguns dos problemas textuais que evidenciam certos romanceiros portugueses, a fim de se efectuar um melhor estudo das versões neles publicadas.

O espírito que caracterizou a apresentação dos romances durante o século XIX foi o do apuramento das versões. Mais não se fez, aliás, do que prosseguir o que se verificava durante o século XVI, com a impressão desses textos quando cada editor estabelecia as suas lições conforme aquilo que para ele era a resultante de um esforço aperfeiçoador. A selecção, de entre as várias versões conhecidas, das cenas, versos ou vocábulos tinha como finalidade a divulgação de um tema burilado pela competência literária de cada editor.

Leiam-se, a propósito, as palavras de Rodríguez-Moñino retiradas da «*Introducción*» ao *Cancionero de Romances* (Anvers 1550) que servem de apoio ao que afirmo:

Un brevísimo prólogo precede al texto y en él consta que la obra es tarea personal del impresor. «He querido – dice Martín Nucio – tomar el trabajo de juntar en este cancionero todos los romances que han venido a mi noticia». (...)

Con respecto a las exclusiones, asegura Nucio que faltan algunos romances viejos aunque muy pocos, que no puso porque no llegaron a su noticia «o porque no los hallé tan cumplidos y perfectos como quisiera». Otros de los que imprime tienen algunas faltas, pero estas se deben «imputar a los ejemplares de

adonde los saque que estauan muy corruptos y a la flaqueza de la memoria de algunos que me los dictaron que no se podian acordar dellos perfectamente».

He ahí bien claras las dos vías de formación del *Cancionero*: de una parte la tradición escrita, de otra la oral. Poco trabajo cuesta imaginar a Nucio – e a quien encargase la tarea – tomando nota de los textos dictados por algún soldado extremeño, castellano, andaluz o manchego, excitando su memoria hábilmente, tal como tres siglos y pico después habían de hacer los adelantados de la resurrección del romancero con Amador de los Ríos y Aguiló a la cabeza.

Señala también que ha hecho su poquito de crítica textual: «yo hice toda diligencia porque vudiesse las menos faltas que fuesse possible, y no me ha sido poco trabajo juntarlos y enmendar y añadir algunos que estauan imperfectos». Hay que tener en cuenta estas palabras siempre que vayan a establecerse variantes de textos de Nucio no conocidos por pliegos sueltos que se correspondan *exactamente* con ellos: podemos estaren presencia de correcciones personales⁵.

O mesmo era feito com outros géneros não tradicionais, sentindo-se o impressor com a autoridade bastante para introduzir as variantes que os seus critérios reputavam como necessárias. Contudo, apesar das semelhanças verificadas nos resultados, aos colectores romancísticos do século XIX assistiam outras razões. O texto tradicional, para eles, ora resultava de uma adulteração introduzida pelo *povo ignorante*, ora não passava de relíquia de tempos já distantes. Estas duas perspectivas proporcionavam-lhes argumentos para o restabelecimento dos traços perdidos por fenómenos de degradação ou para reedificar o monumento demolido pelos anos. Deste modo, tanto românticos como positivistas centraram os seus esforços na reelaboração do *documento oral*, e assim o que nos foi dado a conhecer das recolhas feitas sob estes ideários encontra-se fortemente filtrado pelas incursões que cada coleccionador fez nas versões por ele encontradas. Por outras palavras: para os românticos, com o

OBRA COMPLETA

DE ALMEIDA GARRETT

Edição revista, coordenada e dirigida pelo Dr. Theophilo Braga

VII

ROMANCEIRO

VOLUME I

Romances da tradição oral

EDIÇÃO ILUSTRADA



LISBOA

EMPRESA DA HISTÓRIA DE PORTUGAL

Sociedade editora

LIVRARIA MODERNA

TYPOGRAPHIA

95 RUA AUGUSTA, 95 | 45, RUA IVINS, 47

1904

reencontro da/na literatura popular, «a abandonada poesia nacional das nações vivas ressuscitou bela e remoçada, com suas antigas galas, porém melhor talhadas, com suas feições primeiras, porém mais compostas»⁶ ou, como afirmou Ignácio Pizarro Moraes Sarmento, retomando temas históricos para construir o seu *Romancero*: «Quase virgem está ela, para o *trovador*, essa mina tão rica de glórias; não as busco para mim – de que me serviriam elas? – mas quero-as para a minha pátria; quero-as para os seus mimosos filhos tão queridos – os poetas portugueses»⁷. Em síntese, os novos romanceros, por pertencerem à *literatura pátria* no seu mais genuíno e íntimo sentido, resultantes do que de eterno caracterizaria uma cultura, ao serem considerados expressões atemporais, mais não deveriam representar do que a fiel herança e permanência do passado num tempo outro, o que permitia a cada um introduzir nesses expoentes do «nacional» o seu cunho individual, próprio.

Bem distantes desta visão se situavam os colectores positivistas. Valendo-se de uma ideia tão lógica como a que classicamente se representa pela expressão: *um autor, um lugar, uma data*, e pretendendo-se, com ela, afirmar que todo o poema teve uma autoria individual, situando-se, consequentemente, essa criação num espaço e num tempo concretos, desvirtua-se a mítica visão que da poesia popular sustentavam os românticos. Todavia o investigador positivista tinha como fim, o estabelecimento do texto primitivo que impiedosamente o *vulgo ignorante* adulterara. Lícito se tornava assim, porque «cientificamente» se procurava o arquétipo, introduzir variantes nos textos colhidos da tradição oral moderna.

Há, contudo, a distinguir, pelo menos, dois processos de intervenção: no domínio das estruturas morfo-sintácticas, vocabulares, etc. e na área do estabelecimento do texto a partir das várias versões recolhidas. O primeiro, tende a normalizar o poema, omitindo expressões populares ou

aspectos linguísticos regionais, apagando por vezes imperfeições de rima ou de versificação; o segundo, cria a versão *factícia*, isto é, um único texto construído a partir dos elementos particulares que cada versão incluía. Assim, sempre que deparamos com um romanceiro deste período parecer-nos-á que, pela perfeição de grande parte das versões, e comparando com as actuais, o século XIX teria sido a idade do ouro do romanceiro oral moderno. Nada mais falso.

Se bem que, pela perca gradual e progressiva de funcionalidade, o romanceiro hoje se encontre menos vivo na memória colectiva, a diferença não é tão abissal. Utilizando os mesmos critérios adoptados pelos editores do século XIX, poderíamos apresentar idênticos resultados; só que tudo aquilo que se ganharia em aperfeiçoamento estilístico se perderia em termos de potencialidades de variação – leia-se criação – que o texto tradicional oferece⁸.

Os romances impressos segundo esse espírito, pelas particularidades anotadas, afastam-nos das autênticas versões do século XIX, o que nos impede de realizar um atento e rigoroso estudo diacrónico da tradição oral. Eis, pois, a necessidade de consultar os espólios desses colectores, na esperança de encontrar os manuscritos que nos aproximem um pouco mais da verdadeira fonte.

Mas voltemos ao núcleo inicial. Dentro das próprias versões impressas há por vezes problemas textuais que urge esclarecer ou, pelo menos, equacionar. Utilizarei como exemplo daquilo que pretendo afirmar dois dos romances publicados por Teófilo Braga no seu *Romanceiro Geral Português*, cotejando-os com as suas fontes, a fim de provar a intromissão deste polígrafo nos textos que imprime.

Já assinalei alguns dos problemas que apresenta a colectânea do escritor açoriano no prefácio da edição facsimilada do *Romanceiro Geral Português*, onde chamei a atenção para algumas questões de especial importância na

CANCIONEIRO E ROMANCEIRO GERAL PORTUGUEZ

FLORESTA

DE VARIOS

ROMANCES

COLLIGIDOS

POR

THEOPHILO BRAGA

*Transformações do romance popular do século XVI
a XVIII — Romances com forma litteraria dos cultistas
portuguezes — Romances da Historia de Portugal,
tirados das Collecções hespanholas.*

PORTO

Typ. da Livraria Nacional

2, Rua do Laranjal, 22

1869

consulta da obra. No que diz respeito às fontes, escrevi então:

às páginas VII e VIII do primeiro volume, apresenta Teófilo as «Fontes do Romancero Geral Português», documento impreciso e incorrecto ao escamotear títulos por ele manuseados e que viriam a formar parte da sua compilação, e ao indicar outros de forma descuidada.

Veja-se, por exemplo, a indicação respeitante a Bellermann:
BELLERMANN – *Portugiesische Volkslieder und Romanzen* Leipzig, 1864: *Revista do Minho – Revista de Guimarães – A Tradição – Portugalia-Revista Lusitana*, etc.

No fundo, com a indicação das publicações periódicas, Braga mais não pretendia significar que, para além das obras assinaladas, tinham também servido de fonte as mencionadas revistas.

Como exemplo de omissão, entre muitas outras, remeto o leitor para a versão de «D. Martinho de Avisado» («Donzela Guerreira»), impressa no primeiro volume, páginas 144-148, cuja proveniência não se encontra indicada no capítulo das fontes ao não figurar a obra *Isabel ou a Heroína de Aragão* de José Maria Costa e Silva⁹.

Insisti também noutros pontos, entre os quais destaco um exemplo de versão *factícia* construída a partir de uma versão de Penafiel e de outra de Celorico de Basto, não se encontrando referenciada a presença desta última, nem o seu contributo, para a versão impressa por Braga.

Um novo dado acerca das fontes, que incluirei neste estudo, diz respeito à atitude de Teófilo que recorre, por vezes, a lições que não derivam da primeira edição de um romance, mas de outros documentos que acusam já a intervenção de novo coleccionador.

Para uma melhor configuração do problema basear-me-ei em dois romances recolhidos no Algarve por José Joaquim Nunes, e publicados pela primeira vez no volume VI da *Revista Lusitana*, tendo sido, de novo, dados à estampa por Francisco Xavier de Ataíde Oliveira no espaço reservado às

notas do seu *Romanceiro e Cancioneiro do Algarve* (*Lição de Loulé*), saído dos prelos da Tipografia Universal, do Porto, em 1905. Como é do conhecimento geral, Ataíde Oliveira, para além de divulgar o resultado dos seus trabalhos de campo, acrescenta nesta obra os temas romancísticos até então colhidos na tradição oral algarvia por Reis Dâmaso, Estácio da Veiga e pelo próprio José Joaquim Nunes. Eis uma versão do romance «Dona Silvana» («O Regresso do Marido») publicada por J.J. Nunes entre as páginas 173-175 da mencionada revista:

- Estando dona Silvana
no seu jardim a passear,
c'um pente d'ouro na mão
seu cabelo a pentear,
5. jogou os olhos ao mar,
viu vir uma grande armada,
capitão que nella vinha
veiu ao jardim fazer agua.
– Diz-me lá, meu capitão,
10. diz-me lá pela tua alma,
se amores que Deus me deu
veem nessa tua armada.
– Diga-me, ó minha senhora,
os signaes que elle levava,
15. – Levava um cavallo branco
com uma sella amarella,
na ponta da sua lança
uma bandeira de guerra.
– P'los signaes que vós me daes
20. lá ficou morto na guerra,
com vinte e cinco feridas
vinte e quatro navalhadas,
a mais pequena de todas
foi a cabeça cortada.
25. – Ai de mim, triste viuva,
de mim, triste desgraçada,

notas do seu *Romanceiro e Cancioneiro do Algarve* (*Lição de Loulé*), saído dos prelos da Tipografia Universal, do Porto, em 1905. Como é do conhecimento geral, Ataíde Oliveira, para além de divulgar o resultado dos seus trabalhos de campo, acrescenta nesta obra os temas romancísticos até então colhidos na tradição oral algarvia por Reis Dâmaso, Estácio da Veiga e pelo próprio José Joaquim Nunes. Eis uma versão do romance «Dona Silvana» («O Regresso do Marido») publicada por J.J. Nunes entre as páginas 173-175 da mencionada revista:

- Estando dona Silvana
no seu jardim a passear,
c'um pente d'ouro na mão
seu cabelo a pentear,
5. jogou os olhos ao mar,
viu vir uma grande armada,
capitão que nella vinha
veiu ao jardim fazer agua.
– Diz-me lá, meu capitão,
10. diz-me lá pela tua alma,
se amores que Deus me deu
veem nessa tua armada.
– Diga-me, ó minha senhora,
os signaes que elle levava,
15. – Levava um cavallo branco
com uma sella amarella,
na ponta da sua lança
uma bandeira de guerra.
– P'los signaes que vós me daes
20. lá ficou morto na guerra,
com vinte e cinco feridas
vinte e quatro navalhadas,
a mais pequena de todas
foi a cabeça cortada.
25. – Ai de mim, triste viuva,
de mim, triste desgraçada,

CONTOS TRADICCIONAES DO ALGARVE

EM VERSO

ROMANCEIRO
E
CANCIONEIRO DO ALGARVE

(LIÇÃO DE LOULÉ)

Acompanhado de importantes notas para esclarecimento do texto
e onde se reproduz tudo quanto ha
publicado neste genero pertencente ao Algarve

POR

Francisco Xavier d'Athaide Oliveira

Bacharel formado em Theologia e Direito
Conservador privativo do registro predial da comarca de Loulé
e socio do Instituto de Coimbra

PORTO
TYPOGRAPHIA UNIVERSAL (A VAPOR)

84, T. de Cedofeita, 86

1908

com tres filhas que eu tenho
sem nenhuma ser casada.

30. – Que me daveis vós, senhora,
se eu o trouxera aqui?

– Tres moinhos que eu tenho,
todos tres te dava a ti.

35. – Não quero os vossos moinhos,
que não me servem p'ra mim,
que eu sou capitão d'armada,
não me demoro aqui.

Que me daveis vós, senhora,
se eu o trouxera aqui?

40. – Tres laranjeiras que eu tenho,
todas tres te dava a ti,
que dão laranjas mui ricas
e el rei as come d'aqui.

45. – Não quero as vossas laranjeiras,
que não me servem p'ra mim,
que eu sou capitão d'armada,
não me demoro aqui.

Que me daveis vós, senhora,
se eu o trouxera aqui?

50. – As telhas, do meu telhado,
que são d'oiro e marfim.

– Não quero as vossas telhas,
que não me servem p'ra mim,
que eu sou capitão d'armada,
não me demoro aqui.

55. Que me daveis vós, senhora,
se eu o trouxera aqui?

– As tres filhas que eu tenho,
todas tres te dava aqui,

60. uma para te vestir,
outra para te calçar,
a mais velha d'ellas todas
para contigo casar:
uma borda oiro e prata,
outra oiro e marfim,

65. outra bordava as camisas
que vestia dom Frazim.
– Não quero as vossas filhas,
que não me servem p'ra mim,
que eu sou capitão d'armada,
70. não me demoro aqui.
E o annel de sete pedras
que eu comvosco reparti?
dê-me cá a sua ametade
que á minha já vê-la aqui.
75. – Olá, olá, meus criados,
olá, olá, já aqui.
A rabo do meu cavallo,
á roda do meu jardim.
Se vós ereis meu marido,
80. porque é que me não dizias?
– Porque eu queria vêr, senhora,
se vós ainda me conhecieis.

Se cotejarmos as versões impressas por Ataíde Oliveira (=A) em 1905 e por Teófilo Braga (=B) em 1906 – nas páginas 57-59 do volume I – com a de Nunes, encontraremos as seguintes variantes:

–2 no jardim AB; –3 de ouro B; –9 e 10 Dize lá AB; –11 se o homem AB; –12 veio ou não na A; vem ou não na B; –13 *omite* ó AB; –15 *omite* um B; –19 Pelos s.q. me daes AB; –26 coitada A; ai de m.t. coitada B; –27 e com três filhas que tenho AB; –29, 47 e 55 dereis B; –30, 38, 48 e 56 se o trouxera agora aqui AB; –31 os três moinhos qu'eu A; os três B; –34 que me não AB; –35, 39, 45, 53 e 72 qu'eu A; –36, 46, 54 e 70 e não AB; –37 dereis mais B; –42 d'ali AB; –43 laranjas AB; –44 que não servem para A; que me não servem para B; –50 de marfim A; de ouro B; –51 e 67 eu não AB; –57 que inda AB; –58 dava a ti A; dera a ti B; –59 calçar B; –60 vestir B; –61 de todas B; –62 casar-se comtigo B; –63 em ouro fino A; em fino ouro B; –64 em prata AB; –66 Dom Fraguim AB; –68 para mim AB; –69 qu'eu A; da

THEOPHILO BRAGA

ROMANCEIRO

GERAL

PORTUGUEZ

ROMANCES HEROICOS, NOVELLESCOS
E DE AVENTURAS

SEGUNDA EDIÇÃO AMPLIADA



LISBOA
MANUEL GOMES, EDITOR
Livreiro de Suas Majestades e Altezas
61 - RUA GARRETT (CHIADO) - 61

1906

armada B; -71 das sete AB; -73 dae-me cá vossa metade AB; -74 qu'a minha já ei- la aqui A; eil'a B; -77 ó A; ao B; -80 dizieis AB.

Antes de analisar o resultado obtido pelo confronto das versões, recordei que José Joaquim Nunes, depois de cada romance, apresenta, em nota, algumas informações que não só dão conta de aspectos dialectais como também dos reajustamentos por ele feitos aos manuscritos de campo. Transcrevo as desta versão porque me parecem importantes:

«Verso 9. Nos verbos acabados em *zer*, como *dizer, fazer, trazer*, é esta a pronúncia popular do imperativo.

Verso 11. Neste verso emendei o *marido* das minhas notas para *amores* da versão do sr. Leite de Vasconcellos.

Verso 23. Nos meus apontamentos encontro: *a mais pequena d'ellas todas*.

Verso 27. O pronome *eu* falta nas minhas notas.

Verso 39. Vide a nota ao verso 27.

Verso 64. Nas minhas notas falta neste verso o verbo *borda*, o que é engano manifesto.»

Vejam agora em detalhe as convergências e divergências entre si dos textos de Ataíde Oliveira e Teófilo Braga.

Versos divergentes (versão de Braga):

3, 31, 35, 45, 53, 69, 72, 74 e 77. anula a contracção.

12. opta pelo presente do indicativo, como Nunes, divergindo, no entanto, deste no número.

15. omite o artigo.

26. inclui da sua própria lavra a interjeição *ai!*

29, 47 e 55. prefere a forma *dereis* do mais-que-perfeito do indicativo ao imperfeito *daveis*.

37. Idem 29 acrescentando o advérbio *mais* da sua própria lavra.

39. Mantém a forma não contraída, presente em Nunes, ao invés de Ataíde.

44. Acrescenta o pronome *me*, existente em Nunes, ainda que alterando a ordem vocabular.

50. Opta pela lição de Nunes anulando, no entanto, a contracção.

58. Opta pelo mais-que-perfeito *dera* e omite o advérbio de lugar *aqui*.

59-60. Inversão da ordem dos versos.

61. omite *ellas*.

62. Inversão da ordem vocabular tornando o verbo reflexo.

63. Opta pela anteposição do adjectivo ao substantivo.

São, portanto, totalmente coincidentes os versos 2, 9, 10, 11, 13, 19, 27, 30, 34, 36, 38, 42, 43, 46, 48, 51, 54, 56, 57, 64, 66, 67, 68, 70, 71, 73 e 80.

Para melhor documentar o que mais adiante provarei, recorro à transcrição de mais uma versão publicada por Nunes e reeditada por Ataíde Oliveira e Teófilo Braga (páginas 575-577 do Iº volume). Trata-se do romance «Parto em terras longínquas» e intitulado pelo colector de Lagos: «Vai-te meu dom Bruno».

– Vai-te, meu dom Bruno,
vai e vinde logo
á da tua mãe,
que venha aqui logo.

5. – Deus te salve, ó mãe,
em braço dourado.

– Apeia-te, ó meu filho,
que has de vir cansado.

10. – Eu venho cansado
por quem me regala,
que a Flor do Dia
me ficou de parto.

– Pára a Flor do Dia
um filho varão,

15. com elle rebente
Sobre o coração.

– Minha qu'rida aurora,
minha *lustrangeira*
madre, minha mãe,

20. não vinde agora.
– Vae-te, meu dom Bruno,
vai e vinde logo
á da tua mana,
que venha aqui logo.
25. – Deus te salve, ó mana,
em braço dourado.
– Apeia-te, ó meu mano,
que has de vir cansado
– Eu venho cansado
30. por quem me regala,
que a Flor do Dia
me ficou de parto.
– Pára a Flor do dia
um filho bastardo,
35. com elle rebente
sobre o costado.
– Minha qu'rida aurora,
minha *lustrangeira*
madre, minha mãe,
40. não vinde agora.
– Vae-te, meu dom Bruno,
vai e vinde logo
á da minha mãe,
que venha aqui logo.
45. – Deus te salve, ó sogra,
em braço dourado.
– Apeia-te, ó meu genro,
que has de vir cansado:
um copo de vinho,
50. ração ao cavallo.
– Eu venho cansado,
por quem me regala,
que a Flor do Dia
me ficou de parto.
55. A mãe que isto ouviu
tratou de abalar;
no meio do caminho

sinos a dobrar.

Chegou mais adiante
um pastor encontrava.

– Diz-me, meu pastor,
já pela tua alma,
que dobres são aquelles
que são tão soados?

– É a Flor do Dia
que já é faltada...
– Minha qu'rida aurora,
minha lustrangeira,
que tão só se viu,
numa terra alheia,
com falta de mãe
que não de parteira.

Eis as variantes:

–2 Vai-te e vem AB; –3 Dize a tua AB; –5 *omitem* ó AB; –7 *omitem* ó meu AB; –11, 31 e 53 É que AB; –13 e 33 Teve a A; Tenha a B; –17 e 68 Minha luz estrangeira AB; –18 Minha querida aurora AB; –19 minha madre AB; –20 vinhaes A; vem cá B; –22 Vai-te AB; –23 Dize a tua AB; –24 aqui agora B; –27, 47 e 61 *omitem* men AB; –35 arrebente B; –37 *idem* 17 A; *omite* B; –38 *idem* 18 A; *omite* B; –39 Mana, minha mana A; *omite* B; –40 não vinde agora A; *omite* B; –43 Dize a minha AB; –47 e 61 *omitem* meu AB; –54 me fica B; –59 Lá mais AB; –60 *omitem* um AB; –62 Pelas santas almas AB; –63 *omitem* são AB; –67 querida AB.

Nas notas impressas por Nunes na página 187, diz-se:

Verso 6. Afigura-se-me que a palavra *braço* é aqui corrupção doutra qualquer: será *berço* que o povo pronuncia *breço*?

Verso 13. Neste verso e nos que adiante se repetem introduzi a palavra *pára* que o sentido e a medida me parecem exigir.

Verso 18. Por mais que excogitasse, não me foi possível descortinar a significação do termo «lustrangeira» que ouvi à narradora; sem dúvida é corrupção d'outro.

Verso 58. Neste verso dizem os meus apontamentos: *os sinos que dobrarão*.

Faça-se igualmente para esta versão o cotejo apresentado para a versão anterior.

Versos divergentes (versão de Teófilo Braga):

13 e 33. opta pelo presente do conjuntivo *Tenha*

20. opta pelo presente do indicativo *vem* e acrescenta *cá*

24. substitui *logo* por *agora*

35. prefere *arrebente*

37-40. Não segue a lição de Ataíde e opta por omitir os versos de Nunes

54. opta pelo presente do indicativo *fica*.

As equivalências são também notáveis, tal como acontecia na versão do «Regresso do marido». Eis os versos convergentes: 2, 3, 5, 7, 11, 17, 18, 19, 22, 23, 27, 31, 43, 47, 53, 59, 60, 61, 62, 63, 67 e 68.

A partir deste confronto podemos já tecer algumas considerações de índole estatística que nos permitem uma mais clara constatação dos vários índices de intromissão no texto estampado por Nunes em 1900-1901.

Em primeiro lugar, deve-se notar que a versão do «Regresso do marido» foi corrigida em 63,41% dos seus versos. Cifra menor, mas também considerável, é a obtida para a percentagem de versos alterados na versão do «Parto em terras longínquas»; 44,44%.

No que diz respeito às variantes coincidentes nas versões de Ataíde Oliveira e Teófilo Braga, os números são também elevados: 51,92% para o primeiro tema e 68,75% para o segundo.

Resta ainda uma terceira observação que nos revelará o grau de desrespeito pela fonte que caracterizou o editor açoriano. Se no «Parto em terras longínquas», para além das variantes impressas por Ataíde, Teófilo não excede os 13,88% de alterações introduzidas pela sua «própria Minerva», na versão do «Regresso do marido» esta cifra

aumenta substancialmente, detectando-se uma percentagem de 24,39%.

Como é lógico, a convergência entre as versões de Teófilo e as de Ataíde Oliveira não encontraria explicação caso não se aceitasse a influência do texto impresso em 1905, sobre o romance publicado no *Romanceiro Geral Português*.

Pelo anteriormente exposto, julgo ser fácil concluir que Braga não só não se baseou na primeira impressão destas versões – inspirando-se, pelo contrário, na sua segunda edição, a colectânea de Ataíde Oliveira – como, para além disso, corrigiu ainda com mais pormenor, o romance recolhido por Nunes, afastando-se, portanto, daquilo que afirmara dever ser o corolário de qualquer estudioso da tradição oral moderna. Transcrevo, como prova, um excerto da página VIII do seu *Romanceiro Geral coligido da tradição*, publicado em Coimbra em 1867, onde se diz:

A presente colecção pode, sem orgulho nacional dizer-se, é composta do que há de mais belo e antigo na poesia popular da Península; quase todos estes sessenta romances que andam na tradição, se encontram nas velhas recopilações espanholas, mas aqui melhor dramatizados, mais breves e simples e talvez mais puros, porque passaram directamente da versão oral para a lição escrita. Quando a observação nos confirmou a grande verdade que há na poesia do povo e fez ver nela a sua principal beleza, para de logo um sentimento de respeito venerando obrigou a conservar sempre na sua rudeza as coplas e narrativas que íamos recolhendo. É assim para os homens que se dedicam a este género de trabalhos, para os psicólogos que procuram surpreender as manifestações da alma na sua verdade diante desses protesto, em nome da probidade de homem e da intuição de artista, que todos os romances populares que da tradição recolhi são estremes e genuínos.

Por outras palavras, Teófilo utilizou como fonte principal destas duas versões os textos impressos no *Romanceiro e Cancioneiro do Algarve (Lição de Loulé)*, publicado em 1905,

nas páginas 260-263 («Dona Silvana») e 312-314 («Dom Bruno»), introduzindo, para além das variantes de Ataíde Oliveira, novas lições.

Diga-se, a título de parêntesis, que as notas de Nunes influíram, em ínfimo grau, nas correcções estabelecidas nos textos de 1905 e 1906, tendo seguido ambos os editores, para a primeira das versões que apresentei, as notas respeitantes aos versos 9 e 27 – e inexplicavelmente esquecida esta última, no verso 39 – abstendo-se nos demais casos; para a segunda das versões, só na nota respeitante ao verso 18 se faz uma tentativa de interpretação, corrigindo a «lustrangeira» por *luz estrangeira*.

Tendo este artigo apenas a finalidade de informar um aspecto dos muitos problemas textuais que encerra o *Romanceiro Geral Português*, não nos é possível, porque o tornaria muito mais extenso, estudar as razões que levaram Braga a introduzir as variantes observadas ou a ter seguido, na sua versão, a de Ataíde Oliveira.

Há, no entanto, uma questão que não deverá ser escamoteada e que nos leva a novo problema.

Como afirma Ataíde Oliveira, logo ao iniciar as suas notas: «A presente secção é especialmente destinada a registar as *variantes* e *versões* do mesmo romance, distribuídas por diversos lugares desta província, *versões* e *variantes* que nada mais são do que acomodações ou agrupamentos de novos episódios colhidos através do tempo»¹⁰, oferecendo um pouco mais adiante uma informação atinente à proveniência do texto que imprime nas já mencionadas páginas 260-263, um dos que analisámos como ponto de reflexão neste estudo. Escreve o compilador algarvio: «Com referência ao primeiro romance coligido no texto – *Bela Infanta* – recebi do exmo. snr. J.J. Nunes, então capelão militar em Lagos, duas lições: uma sob o título *Dona Silvana*; outra sem título»¹¹. O mesmo autor escreve na página 312 a propósito da versão que também utilizámos

«Parto em terras longínquas»: «Do snr. José J. Nunes, recebi uma lição com o mesmo título, coligida em Lagos e que me parece ter estreitas relações com o por mim coligido nesta vila, embora mui diversa a sua metrificação»¹².

Mais explícitas se tornam as suas palavras no «Preâmbulo» datado de 1 de Fevereiro de 1904, quando agradece a Nunes as versões remetidas: «Aqui não posso deixar de consignar o muito que devo ao exmo. sr. J.J. Nunes, muito digno capelão, residente em Lagos, pela sua amável oferta de alguns romances, que de Lagos me enviou e se acham transcritos nas notas»¹³.

Assim, pois, segundo este testemunho, Ataíde Oliveira recebeu romances, provavelmente manuscritos, do próprio Nunes, pelo que a não coincidência entre as versões poderia encontrar aqui a sua explicação. Como decorrência deste raciocínio, Braga teria seguido um outro possível e admissível texto, sendo apenas de anotar os versos em que este teria dissentido de Ataíde. A existência dos romances enviados pelo filólogo não deve ser posta em causa e recordemos que só para este compilador é assinalado o envio de versões, já que tanto para Estácio da Veiga como para Reis Dâmaso de um modo geral, são referenciadas as fontes impressas. Todavia, e apesar de desconhecer por completo os mencionados documentos que teriam sido remetidos a Ataíde, não creio que divergissem em tão profundo grau dos que se publicaram na *Revista Lusitana*. Veja-se, por exemplo, a ínfima variação que apresenta o romance reimpresso pelo próprio Nunes no VII volume da mesma revista, em que pretende exemplificar particularidades fonéticas algarvias¹⁴.

Torna-se importante, por isso mesmo, verificarmos até que ponto Ataíde Oliveira respeitava as fontes e também o espírito que presidia à apresentação das suas versões. Sabemos, pelo já mencionado «Preâmbulo», que se mantinha fiel aos critérios da época, aconselhando estes a

versão *factícia*¹⁵; no que concerne ao respeito das suas reedições pelos originais, nada melhor do que confrontá-las com uma versão de Reis Dâmaso, para a qual não atribui a existência de um manuscrito que lhe tivesse sido enviado, referenciando, pelo contrário, o texto impresso que lhe serviu de base.

Publica Ataíde Oliveira um romance de Reis Dâmaso, «Bernal Francês» + «Aparição», surgido na *Enciclopédia Republicana*¹⁶, de onde retiro a versão que a seguir apresento:

– Oila, oila! – Quem está ahí?

– É Bernal Francez, senhora.

– A porta vou abrir.

(*Vindo a senhora pelos ladrilhos descalça:*)

– Apagaste o meu candim

Pelo canudo de prata.

– Que me importa a mim senhora

Se a luz dos seus olhos basta.

Levou-o para o seu jardim

Lavou-o de mãos e pés

Em agoas d'alecrim.

Fez-lhe uma cama de rosas

Deitou-o em par de si.

Era meia noite em pino

E elle sem se virar para si.

– Que tens, Bernal Francez,

Que não te viras para mim?

Se tens medo de meus filhos

Elles estão dormindo.

Se tens medo de meus criados

Elles não estão por ahí.

Se tens medo de meu marido

Longes terras está de mim.

Os mouros o captivem lá

E más novas me venham aqui.

– Não tenho medo de meus filhos

Que elles filhos são de mim.

Não tenho medo de seus criados

Que elles criados são de mim.
Não tenho medo de seu marido
Que aqui o tem em par de si.
– Matai-me, senhor, matai-me,
Que isto foi sonho que eu sonhei.
– Que te mate Deus do céu
Que para isso te creou,
Mas deixa vir a manhã
Que eu te darei de vestir,
Bom sapato, boa meia,
Gregantilha acolorada
E sáia de carmezim.
Manhã que era chegada
Elle que a degolava.
Montando no seu cavallo
A toda a brida partio.
Indo lá mais adiante
Um lanceiro que encontrava.
– Adonde vás, ó lanceiro,
Que vás tão cuidadoso em ti?
– Vou vêr a minha amada
Que ha muito a não vejo.
– Tua amada já é morta
E morta que eu a matei.
Se para isso viesse preparado
O mesmo te dera a ti.
– Anda, anda, meu cavallo,
Vâmos vêr se isto é assim.
Indo lá mais adiante
Um alvisão que encontrava.
Elle teve tanto medo
Que fez modos de fugir.
– Não fujas, Bernal Francez,
Não fujas tu ja de mim.
Os olhos com que te olhava
Já de nevoa os cobri,
Bocca com que te beijava
Já de terra a cobri.

Braços com que te abraçava
Já não têm força em si.
A mulher com quem casares
Que se chame Anna como a mim,
Para quando chamares por ella
Te lembrares de mim.

Eis as variantes introduzidas por Ataíde Oliveira:

-2 Olá, olá; -4 candil; -10 de alecrim; -12 ao pé de; -15 Que tens tu; -16 te não; -17 e -19 dos meus; -21 do meu; -25 e -27 dos teus; -29 do teu; -30 o tens ao pé de ti; -34 por isso; -38 Gargantilha acolorada; -42 em seu; -43 partia; -46 vais; -47 vais tão cuidado; -50 é já; -53 A mesma; -57 alvrejão encontrava; -61 tu de; -69 Rosa.

Este colector, como se vê, nem sequer poupava os textos referidos como impressos, pelo que julgo poder facilmente concluir que o apuramento da versão foi uma constante em Ataíde Oliveira¹⁷.

Regressemos a Teófilo Braga.

Se o *Romanceiro Geral Português* era já um confuso documento pelas suas inumeráveis imprecisões bibliográficas e geográficas, torna-se muito mais evidente que a maioria dos textos editados por Braga não só enferma dos vícios epocais com que os seus primeiros editores os apresentaram, como amplifica, com novos retoques, a infidelidade dos romances.

A filiação dos textos aqui apresentados baseia-se essencialmente nas versões impressas por Ataíde em 1905 – como já vimos – e não na sua primeira publicação em 1900-1901. As razões que o fizeram optar pela fonte escolhida parecem-me claras, muito embora contrastando com o que este historiador da literatura propunha como modelo, preferindo a versão retocada à lição *mais estreme e genuína*.

Com a próxima edição das fontes do *Romanceiro Geral Português*, onde se apresentarão as variantes introduzidas por

Braga, (a publicar brevemente em colaboração com Vanda Anastácio) poderemos dar maior conta dos processos de variação utilizados por este autor. Por agora só esta breve notícia.

P.S.: Depois de enviado este artigo, no âmbito das pesquisas para a edição das *Fontes do Romanceiro Geral Português* de Teófilo Braga, tive a oportunidade de consultar na Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada o espólio deste escritor. Na caixa 14 encontrei uma pequena agenda, na qual Braga bosquejava a constituição da sua futura colectânea, com a designação de «Indículo dos romances tradicionaes portuguezes». Posso, assim, confirmar que Teófilo utilizou as versões impressas por Ataíde Oliveira, uma vez que figura nos fólhos IV e 13r da mencionada agenda, como fonte, o *Romanceiro e Cancioneiro do Algarve* para as duas versões intituladas por Reis Dâmaso «D. Silvana» e «Vai-te meu D. Bruno», respectivamente.

Notas

1. António José Saraiva, *A Cultura em Portugal. Teoria e História*, I, Lisboa, Livraria Bertrand, 1982.
2. Surge esta versão em Sebastião Philippes Martins Estácio de Veiga, *Romanceiro de Algarve*, Lisboa, Imprensa de Joaquim Germano de Sousa Neves, 1870, pp. 19-22, sendo reeditada com variantes por Victor Eugenio Hardung, *Romanceiro Portuguez*, I, Leipzig, F.A. Brockhaus, 1877, pp. 16-18; por Francisco Xavier d'Athaide Oliveira, *Romanceiro e Cancioneiro do Algarve (Lição de Loulé)*, Porto, Typographia Universa, 1905, pp. 295-297 e finalmente por Teophilo Braga, *Romanceiro Geral Português*, II, Lisboa, Manuel Gomes, 1907, pp. 308-311. Estácio da Veiga na «Advertência» ao seu *Romanceiro do Algarve* informa que parte dos seus romances tiveram publicação prévia nos jornais *O Futuro* e *A Nação* entre 1858 e 1860. Desconheço se este tema – «Dom Rodrigo» – neles foi impresso.
3. Saraiva, *op. cit.*, p. 183.
4. Afirma Estácio da Veiga: «A melhor lição que dele obtive, me foi dada por uma mendiga da cidade de Tavira; e outra, que também não deixou de auxiliar-me, ofereceu-ma uma pobre mulher da Fuzeta. Esta

última chamava-lhe porém «O Rei Castelhana», título que não deixava de ser-lhe adequado, mas que não adoptei por me parecer mais genuíno o de «Dom Rodrigo», como o denominava a mendiga da minha terra». (p. 17).

5. Pp. 12-13.

6. João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett, *Adozinda*, Londres, Boosey & Son, Broad Street; E. de V. Salva, Regent Street, 1828. Cito por Almeida Garrett, *Doutrinas de Estética Literária*, Lisboa, 1961, p. 6.

7. *O Romanceiro Português ou Collecção dos Romances de História Portuguesa*, I, Lisboa, Typographia do Panorama, 1841, p. VIII.

8. Veja-se, a propósito das várias maneiras de encarar a variação na tradição oral moderna, o «revolucionário» prefácio de Paul Bénichou, *Creación Poética en el romancero tradicional*, Madrid, Editorial Gredos, S.A., 1968.

9. Teófilo Braga, *Romanceiro Geral Português*. Edição facsimilada, 1º volume, Lisboa, Editorial Vega, 1982, p. 27.

10. *Romanceiro e Cancioneiro do Algarve*, p. 257.

11. Ataíde Oliveira, *op. cit.*, p. 260.

12. Trata-se, com efeito, de uma clássica confusão que ainda persiste em certos editores de romances tradicionais. Ambas as *lições* têm como referente uma sogra perversa; são, contudo, dois temas distintos, sendo o romance de Ataíde Oliveira, e por ele publicado entre as páginas 55-59 da sua obra, uma «Má Sogra».

13. Ataíde Oliveira, *op. cit.*, p. XV.

14. Pp. 52-55.

15. Escreve Ataíde Oliveira: «Devo ainda dizer que cada romance de que se compõe o meu livro é a resultante de muitas lições, que ouvi». (p. XIV).

16. «Tradições populares (Collecção do Algarve): Romances», in *Enciclopédia Republicana*, Lisboa, Nova Minerva, 1882, pp. 155-156.

17. A apresentação do cotejo da versão impressa por Ataíde Oliveira com o «Bernal Francês» + «Aparição» de Reis Dâmaso, por ser um único exemplo, poderá parecer insuficiente para esta conclusão. Todavia, trata-se apenas de um dos muitos casos em que Ataíde Oliveira corrige, na sua obra, textos anteriormente impressos. Na *Bibliografia Geral do Romanceiro Português* que, em breve, na *Revista Lusitana* começarei a publicar no âmbito dos trabalhos do «Grupo de Estudos Leite de Vasconcelos», dar-se-á exaustivamente conta daquele comportamento.